

2013: ANO DE LUTA POR MELHORIAS NO SUS

A primeira reunião executiva da Comissão Pró-SUS aconteceu em 16 de janeiro. O encontro aconteceu cerca de um mês após médicos de todo o país manifestarem no Rio de Janeiro o descontentamento com a situação da categoria. O ato público, convocado pela Fenam com apoio das entidades médicas, foi intitulado "Grito dos Médicos: Respeito!", e sinalizou a disposição de luta por melhorias no Sistema Único de Saúde (SUS). Para os membros da Pró-SUS, as mobilizações continuarão, além das negociações necessárias com os órgãos públicos.

Controle social - A reunião contou com a presença do secretário-executivo do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Mar-

cio Florentino, convidado pela Pró-SUS em virtude do retorno das entidades médicas nacionais aquele colegiado. O secretário explanou sobre o contexto histórico e eleições do CNS, além de apresentar a proposta de trabalho da nova gestão para o triênio 2013-2015, inspirada no Plano Nacional de Saúde e no documento da 14ª Conferência Nacional de Saúde.

O encontro foi importante para apresentar ao secretário o desejo e as expectativas das entidades médicas de contribuir na formulação das políticas de saúde do CNS, especialmente no que diz respeito à assistência – como formação, distribuição e fixação de médicos no SUS. Ao final da reunião, Florentino sugeriu a participação das entidades médicas



Ato no RJ: disposição para mobilização

em algumas das 26 Comissões do CNS, tais como a de Ética em Pesquisa (CONEP), Recursos Humanos (CIRH) e Orçamento e Financiamento (COFIN). Apontou também o interesse da nova presidente do CNS, Maria do Socorro de Souza, em visitar o CFM em uma plenária.

CONFIRA OS PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS DURANTE A PRIMEIRA REUNIÃO DA PRÓ-SUS EM 2013:

Médicos Federais – As três entidades médicas nacionais se reuniram com o Ministério do Planejamento em 19 de dezembro, quando ficou definida a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para debater a situação dos médicos federais a partir da regulamentação da MP 568/2012. Até o fim de janeiro de 2013, o Planejamento ficou de convocar as entidades médicas para o primeiro encontro do GT, que também contará com representante do Ministério da Saúde, do Cremerj e SindMed-RJ.

Médicos no SUS – A Comissão Pró-

SUS fez contato no Ministério da Saúde para propor grupos de trabalho para tratar do trabalho médico na rede própria e na rede complementar ao SUS. Na rede própria, as negociações terão como foco três pontos: concurso público, despreciação do trabalho e PCCV. Na rede complementar, a meta é dar continuidade às conversações sobre temas como o Código 7, Tabela SUS e outros.

Encontro Nacional – Foram apresentadas informações sobre a realização do XVIII Encontro Nacional

das Entidades Médicas, o ENEM 2013, cuja data provável de realização será no início de dezembro.

Saúde+10 – Sobre o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, já foram contabilizadas 700 mil assinaturas. Para fomentar ainda mais a iniciativa, o movimento planeja realizar um Ato Nacional (passeata, manifesto, panfletagem, etc), no dia 10 de abril, na capital federal. AMB informou ter estipulado "meta de assinatura das associações", o que tem potencializado o número de firmas coletadas.



AGENDA: a próxima reunião ampliada da Comissão Nacional Pró-SUS será realizada em 15 de março, na sede do CFM, em Brasília, para traçar as estratégias de 2013.

PCCV: ESTADOS LUTAM POR AVANÇOS

Além da luta permanente por uma carreira médica de estado (nacional), o movimento médico, através de suas representações locais, acumula experiência na elaboração e discussão de Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCVs) de Norte a Sul do país. Em 2010, por iniciativa da Fenam e com apoio do CFM e AMB, foi publicado um modelo de Plano de Carreira para os profissionais, documento que tem sido fundamental para auxiliar os estados.

Além de São Paulo, que recentemente aprovou uma lei contemplando o seu plano estadual, avanços ocorreram em Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e To-

cantins – embora muitos destes ainda precisem de ajustes. Em outros estados, as conquistas se restringiram ao plano municipal (para a capital): Rondônia, Rio Grande do Norte e Sergipe, por exemplo. Confira detalhes na edição de fevereiro do Jornal Medicina.

Prioridade – A luta por um plano sólido de carreira, além da busca pela valorização e despreciação das relações de trabalho no SUS, são alguns dos eixos prioritários da Comissão para 2013. Durante a primeira reunião da Pró-SUS representantes da Fenam se comprometeram a sistematizar e consolidar os



principais PCCVs existentes nos estados e grandes cidades. A primeira versão do documento será apresentada em março, durante reunião ampliada da Comissão.

PGR AJUIZA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONTRA EBSERH

Lei que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares é questionada em Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Ministério Público Federal

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, ajuizou no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra dispositivos da Lei que autorizou a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Na ação, o autor requer a declaração da inconstitucionalidade dos artigos que tratam das atribuições, gestão e administração de recursos da empresa e, ainda, daqueles que tratam da forma de contratação de servidores por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de processo seletivo simplificado e de contratos temporários.

Segundo o procurador-geral, a lei viola, entre outros dispositivos constitucionais, o inciso XIX do artigo 37 da Constituição. Este fixa, entre outras regras, que somente por lei específica poderá ser “autorizada a instituição de empresa pública”, cabendo à lei complementar definir as áreas de atuação dessa empresa.

“Considerando que ainda não há lei complementar federal que defina as áreas de atuação das empresas públicas, quando dirigidas à prestação de serviços públicos, é inconstitucional a autorização para instituição da EBSERH”, sustenta Gurgel.

O autor da ação também destaca

que “a previsão da lei impugnada, de contratação de servidores pela CLT, está em descompasso com o atual parâmetro constitucional”. Com base nos mesmos fundamentos, ele sustenta a inconstitucionalidade dos dispositivos da lei que preveem contratações por meio de celebração de contratos temporários e de processo simplificado.

MÉDICOS VÃO RECORRER À OEA CONTRA SITUAÇÃO DA REDE PÚBLICA

Frente ao que considera um “cenário calamitoso” na rede pública de saúde, a Fenam vai à Corte Interamericana de Direitos Humanos. CFM e AMB deverão participar da agenda, que terá como objetivo denunciar àquela Corte a precariedade da saúde pública no Brasil, constatada em inúmeras matérias veiculadas pela mídia e verificadas em visitas realizadas pelas entidades médicas.

Foi essa comissão, vinculada à OEA (Organização dos Estados Americanos), que responsabilizou o Brasil, há mais de uma década, pelo caso da violência doméstica cometida contra Maria da Penha – pressão que culminou na aprovação de uma lei para a proteção da mulher. A motivação das entidades médicas é o histórico de macas em corredores, condições precárias de trabalho, filas de meses até o atendimento, etc.

Na oportunidade, serão entregues dossiês que mostram que problemas como esses já foram levados à Justiça local em estados como RJ, MT, ES, RN e PA, por exemplo, mas que não tiveram solução.

MAIS DA METADE DOS BRASILEIROS NÃO CONFIA NA SAÚDE PÚBLICA

A cada ano a população brasileira confia menos no sistema público de saúde, de acordo com o Índice de Confiança Social (ICS), realizado anualmente pelo IBOPE Inteligência desde 2009. Na análise dos três anos, a instituição sistema público de saúde foi a que apresentou maior queda (tinha 49 pontos em 2009, passou para 47 em 2010 e chegou a 41 pontos em 2011). Apenas o Congresso Nacional e os Partidos Políticos são menos confiáveis que a saúde pública no Brasil, segundo a última edição do estudo, divulgado em dezembro do ano passado.

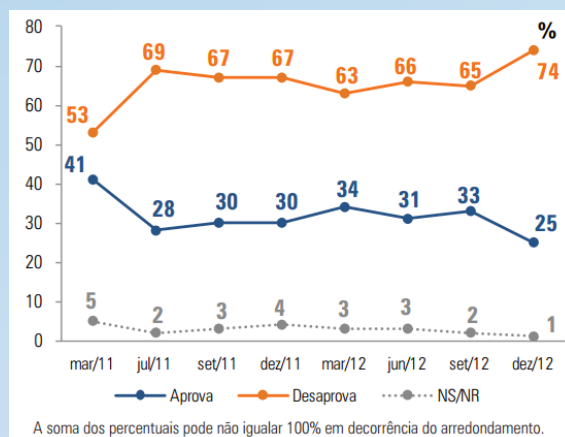
O Índice de Confiança Social ouviu 2.002 brasileiros entre junho e setembro. Confira ao lado o ranking do ICS, onde a escala vai de 0 (nenhuma confiança) a 100 (confiança absoluta).

Brasil	2009	2010	2011
• Família	90	91	90
• Amigos	67	69	68
• Cidadãos do país	59	60	60
• Vizinhos	59	59	59
• Corpo de Bombeiros	88	85	86
• Igrejas	76	73	72
• Forças Armadas	71	69	72
• Meios de Comunicação	71	67	65
• Presidente	66	69	60
• Empresas	61	60	59
• Organizações civis	61	61	59
• Bancos	61	58	57
• Escolas Públicas	62	60	55
• Polícia	52	52	55
• Eleições/Sistema Eleitoral	49	56	52
• Governo Federal	53	59	52
• Poder judiciário/Justiça	53	53	49
• Governo do seu município	53	50	47
• Sindicatos	46	44	44
• Sistema Público de saúde	49	47	41
• Congresso Nacional	35	38	35
• Partidos Políticos	31	33	28
Geral	60	60	58

74% DOS BRASILEIROS DESAPROVAM SAÚDE PÚBLICA

Segundo os dados da última pesquisa de opinião divulgada em dezembro pelo Ibope, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 74% dos cidadãos brasileiros desaprovam a atuação do Governo Federal na condução da saúde, maior percentual já registrado desde que a pesquisa é realizada. Apenas 25% dos brasileiros estão satisfeitos com o que lhes é oferecido pelo SUS.

O índice de insatisfação aumentou 13 pontos percentuais em relação à pesquisa anterior, divulgada em setembro de 2012. O Ibope ouviu eleitores de 142 municípios entre os dias 6 e 9 de dezembro. A margem de erros é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.



	TOTAL	SEXO		Idade					Grau de instrução			
		Masc	Fem	16 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 e mais	Até 4ª série do fund.	5ª a 8ª série do fund.	Ensino médio	Superior
Saúde												
Aprova	25	27	23	30	24	23	23	24	29	25	24	19
Desaprova	74	72	76	70	75	76	76	74	69	74	75	80
Não sabe/Não respondeu	1	1	1	1	0	2	1	2	2	1	1	1

	TOTAL	Regiões				Renda familiar (em salários mínimos)				
		Norte/Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	mais de 10	de 5 a 10	de 2 a 5	de 1 a 2	até 1
Saúde										
Aprova	25	29	34	19	21	21	21	23	26	35
Desaprova	74	70	65	80	77	75	78	76	73	63
Não sabe/Não respondeu	1	2	1	1	2	4	0	1	1	2



ACONTECE NOS ESTADOS

AL: 16 MÉDICOS PEDEM DEMISSÃO

Dezesseis cirurgiões que prestam serviço para o Hospital Geral do Estado (HGE) e para a Unidade de Emergência (UE) do Agreste Alagoano assinaram o pedido de demissão no último dia 18 de janeiro, em protesto às péssimas condições de trabalho. A categoria está em greve há 37 dias.

Segundo as entidades médicas locais, os médicos prestadores de serviço se demitiram porque não aguentam as péssimas condições de trabalho tanto no HGE quanto na UE.

SC: CRM PEDE INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO

O Cremesc entrou com representação no Ministério Público Estadual e Federal, Procuradoria Geral da República, Ministério Público do Trabalho, Tribunais de Contas da União e do Estado e na Assembleia Legislativa solicitando das respectivas instituições - de forma urgente - a intervenção na Secretaria de Estado da Saúde. A gravidade da situação nos hospitais catarinenses deve-se à insuficiência de profissionais e insumos. Médicos, enfermeiros e técnicos estão atendendo a população com limite de recursos, correndo riscos, devido à falta de condições de trabalho.

AC: SEM NEGOCIAÇÕES, MÉDICOS PODEM ENTRAR EM GREVE

Os médicos do Acre decidiram cobrar o cumprimento dos acordos feitos em 2011 e que resultaram na interrupção da greve para negociar avanços sociais, mas que nunca foram atendidos. Caso não haja avanços até o fim de janeiro, a categoria poderá entrar em greve por tempo indeterminado.

Nas reivindicações feitas pela categoria estão 16 itens, entre eles o incentivo para garantir mais médicos no interior, melhor estrutura de trabalho, concurso público, adicional de insalubridade, carreira de Estado e reajuste para os preceptores.

AM: CATEGORIA PEDE INTERVENÇÃO DO MPF

Em 19 de dezembro, o sindicato participou de audiência pública com o Ministério Público Federal do Trabalho no Amazonas (MPF-AM) para discutir as pendências da greve como o pagamento da insalubridade, retroativo a 2008 e ainda, avaliar outros compromissos assumidos. O MPF irá analisar e dar encaminhamento às reivindicações dos médicos. Durante coletiva de imprensa realizada em dezembro, o Sindicato dos Médicos do Amazonas (Simeam), anunciou que, se as reivindicações da categoria não forem atendidas até março de 2013, os médicos de todo o Estado entrarão em greve.

RN: MÉDICOS ORGANIZAM MARCHA "FIO DE AÇO"

O Sindicato dos Médicos do Estado organizou, em 26 de janeiro, a marcha "Fio de Aço". O ato surgiu após grande repercussão de um vídeo feito pelo presidente do Cremern, Jeancarlo Cavalcante, mostrando a falta de um fio de aço para realizar uma cirurgia no Hospital Walfredo Gurgel, e teve por objetivo cobrar do governo estadual melhores condições de trabalho para os profissionais da saúde.

RR: MÉDICOS SUSPENDEM ATIVIDADES

Os médicos que desempenham trabalho na Atenção Básica do Programa Estratégia de Saúde da Família, nos postos de saúde da Prefeitura de Boa Vista, decidiram suspender suas atividades por tempo indeterminado. Os médicos estavam trabalhando sem ter vínculos empregatícios com a prefeitura e parte dos salários está atrasado. A categoria quer ainda que a Secretaria faça um decreto nomeando, individualmente, todos os servidores que foram exonerados no início do mês.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloísio Tibiriçá. **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Pimentel, Ceuci de Lima Xavier, Cid Célio Jayme Carvalhaes, Cláudio Balduino Couto Franzen, Darley Rugeri Wollmann Júnior, João Ladislau Rosa, José Maria Pontes, Hermann Tiesenhansen, José Fernando Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Bichara, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Modesto Jacobino, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Wilton Mendes e Wirlande Santos da Luz.